
ORIENTAÇÕES DA POLÍTICA DE DEFESA

Aníbal António Cavaco Silva

ORIENTAÇÕES DA POLÍTICA DE DEFESA (*)

Um dos primeiros conceitos políticos na História do Mundo terá seguramente sido o da Defesa.

Sendo uma das mais antigas preocupações do Homem, continua a Defesa das Nações a estar hoje na primeira linha dos interesses fundamentais de cada país. Pode dizer-se que nos nossos dias continuam a pesar sobre a humanidade amplas, variadas e graves ameaças que não podem ser esquecidas. A Defesa, no seu mais lato sentido, é hoje um dos vectores que decisivamente condicionam o perfil, as coordenadas e o futuro do Mundo em que vivemos — do Mundo que deixaremos aos nossos filhos.

Não oferece dúvida a complementaridade dos vários aspectos em que a Defesa se apoia. Para além do plano estritamente militar, que é o mais clássico, depende também de condicionantes de política interna e externa, económicas, sociais e culturais. E todos estes aspectos se complementam. Todos, afinal, se fundem no conceito amplo de Defesa Nacional.

Um claro e seguro sentimento de identidade nacional só poderá ser sentido e afirmado através do reforço da coesão psicológica e conseqüente robustecimento da vontade colectiva. Isto em nada contraria o princípio, para mim indiscutível, de que, numa sociedade democrática, a diversidade e o confronto aberto de opiniões constituem um enriquecimento desejável que não afecta, mas antes deve contribuir para reforçar a unidade nacional.

Em matéria de Defesa Nacional, a par de saudáveis diferenças em alguns aspectos, os Partidos Políticos Democráticos puseram-se de acordo quanto aos grandes princípios consagrados na Lei da Defesa Nacional e no conceito estratégico — princípios que são portanto apoiados pela larga maioria da opinião política portuguesa.

(*) Resumo da exposição de Sua Excelência o Primeiro-Ministro aos auditores do Curso de Defesa Nacional, em 11 de Junho de 1986.

Não basta porém constatar que há acordo quanto a princípios. É também necessário interpretar, executar e dar conteúdo a esses princípios.

Em Portugal tem havido descrença e cepticismo colectivos. Terão sido causados pelas inúmeras dificuldades que temos sentido, pelos problemas sociais que têm sido vividos, pela deficiente organização económica e difíceis condições de vida verificadas. Pessimismo devido também ao panorama de fluidez e de uma certa inépcia política que quase levou a esperança dos portugueses — e, sem esperança, nada faz sentido.

Julgo essencial uma condução política nítida e clara, que possa insuflar sentido à vida colectiva, congregar vontades e renovar a esperança, como condição para o reforço da coesão Nacional, premissa fundamental para a nossa política de Defesa.

POLITICA EXTERNA

No plano externo, não sofre dúvida a nossa participação activa na Aliança Atlântica.

A solidariedade política e a estreita cooperação que mantemos com os nossos parceiros da NATO contribuem para reforçar a dissuasão da ameaça soviética, preservando o bem precioso que é a Paz em Liberdade. Contribuímos assim para a paz na Europa, essencial para a nossa própria segurança.

Ao acentuar o nosso crescente envolvimento com a Europa a que pertencemos, quero igualmente sublinhar a importância imprescindível do papel dos EUA no sistema de segurança colectiva em que nos inserimos. O apoio americano terá de ser exercido nos dois sentidos, porque a defesa autónoma da Europa não faria sentido perante o poder da União Soviética a não ser intimamente concertada com os Estados Unidos. É esse o motivo evidente pelo qual a política soviética tão diligentemente se esforça por alimentar a separação estratégica entre os Estados Unidos e a Europa. Para manter essa perigosa separação todos os meios são aproveitados: é explorado o terror nuclear, como se a ameaça se situasse nos Estados Unidos; vão para a rua os militantes pacifistas, supostamente a defender a paz que todos desejamos, mas num sentido que só poderia conduzir-nos a uma paz esmagadora que não queremos. O terrorismo internacional é aplicado, na prática,

por revolucionários friamente dirigidos e orientados ao serviço de projectos políticos determinados, de largo alcance no espaço e no tempo.

O nosso país, pela sua dimensão territorial, pela escassez dos seus meios humanos e económicos, tem intervenção limitada no contexto da defesa ocidental. Mas isso não impede que sejamos um factor extremamente significativo pela nossa importante situação geoestratégica.

Esse valor terá sempre de ser considerado e pesado no nosso relacionamento com a NATO.

A utilização de instalações militares em território nacional por países aliados, se por um lado reforça a capacidade de defesa colectiva, pode por outro significar riscos acrescidos, em especial quando servir para apoiar acções fora do quadro da Aliança. Tratando-se de acções que em princípio se inscrevem no interesse geral dos aliados, Portugal não poderá à partida sistematicamente engeitar esses riscos. Porém, os arranjos feitos em tempo normal de paz permitem a autonomia da nossa decisão, em relação a cada caso, autonomia que tem de ser claramente afirmada sem que tal signifique quebra de solidariedade.

A estratégia de Defesa no plano externo terá evidentemente de ser assumida dentro dos três vectores prioritários em que assenta a nossa diplomacia: Aliança Atlântica, Comunidades Europeias e países africanos de expressão portuguesa.

Acerca da Aliança já fizemos algumas considerações. À Europa estamos profundamente ligados por pertencermos ao mesmo continente e à mesma civilização, por laços históricos e culturais, e agora pelo nosso integral envolvimento na CEE.

Em termos estratégicos é sabido que a Europa Comunitária não tem um vector de defesa militar conjunto. Mas, para além da construção da Europa económica, começam agora a criar-se condições para formação de uma vontade política que se projecta já em consensos tendentes a uma posição externa comum. Mau grado todas as dificuldades, à medida que os contornos dessa vontade política se forem precisando, a Europa e as suas nações irão adquirindo crescente peso global e cada vez maior capacidade de afirmação e intervenção. Também esta articulação no seio da cooperação política europeia justifica que um dos vectores prioritários da nossa política seja a integração de Portugal nas Comunidades.

A cooperação de Portugal com os países africanos de expressão portuguesa é um outro segmento importante da nossa política externa, que não pode contudo ser dissociada da complexa situação existente na África Austral.

Há em Angola e Moçambique diferentes situações de conflitos armados, que no caso concreto de Angola se insere na estratégia indirecta das superpotências. A nossa política de aproximação é ainda prejudicada por dúvidas e suspeições que vêm do passado. Mas a posição do Governo é clara: em Angola há uma situação de guerra civil e pensamos que o apoio militar a qualquer das partes contribui para a escalada do conflito e para tornar Angola ponto de discussão entre as superpotências. Em situação de guerra, o Ocidente não tem oportunidade de evidenciar a superioridade do seu sistema, contribuindo para o desenvolvimento do país e para atenuar a situação de miséria em que vivem as populações. A situação é também complexa mas completamente diferente no caso de Moçambique já que há, por parte de todos os países ocidentais, apoio ao Governo de Samora Machel.

Condenamos claramente o *apartheid*, mas o isolamento total do Governo Sul-Africano não contribui para promover as mudanças necessárias e faz agudizar as tensões entre grupos e aumentar o sofrimento das populações. Além disso temos presente que vivem cerca de 500 000 portugueses na África do Sul.

O Governo Português deseja prosseguir uma política de cooperação, em toda a extensão possível, com os países de expressão oficial portuguesa, sem deixar de se manter atento em favorecer oportunidades de paz que se apresentem.

Mas pela nossa vocação de convivência com outros povos e outras culturas, pela nossa longa experiência, somos, de facto, particularmente aptos a ser elo de união entre a Europa e os outros países de língua portuguesa. Tal é hoje reconhecido por vários países, nomeadamente os europeus.

POLITICA DE DESENVOLVIMENTO

Os aspectos económicos e políticos que condicionam a nossa acção e toda a vida nacional, reflectem-se também sobre as Forças Armadas e desempenham papel determinante no quadro da Defesa Nacional.

No nosso país, perante a escassez de recursos disponíveis, o Governo considera prioritária, nesta fase, uma concentração de esforços nas áreas económicas e sociais, sem o que as acções de Defesa nos outros sectores a breve trecho perderiam significado. Não se desenvolve a vontade colectiva de afirmação se o dia-a-dia dos portugueses for recheado de dificuldades e dominado pela frustração, pela pobreza, pelo desemprego. Há assim que criar condições de base para fortalecer a vontade de Defesa, e sendo escassos os recursos há que discernir e aplicá-los nos sectores que mais rapidamente favoreçam o desenvolvimento em geral.

Este impulso para o desenvolvimento, que está ao nosso alcance e que se verifica no quadro da integração na Europa Comunitária, conjugado com algumas condições externas favoráveis, significa uma oportunidade única, que pode produzir num prazo de poucos anos um salto qualitativo da nossa economia, essencial para o aumento da capacidade total de Defesa do País.

A estratégia seguida pelo Governo para o desenvolvimento económico do País tem dois vectores básicos:

- O relançamento conjuntural da economia.
- A execução de reformas estruturais que tornem possível a modernização da economia portuguesa.

O nosso objectivo prioritário é a expansão da produção, tomando como variável instrumental privilegiada o investimento para aumentar a capacidade produtiva e como condicionantes a necessidade de reduzir a taxa de inflação e de manter o controlo das contas externas. A inflação, em 1986, deverá situar-se em cerca de 12 por cento, contra os 30 por cento atingidos em 1984.

O valor elevado da taxa de inflação prejudica a racionalidade das decisões do investimento, da distribuição do rendimento e portanto a condução da política geral. Era preciso criar expectativas regressivas.

Nesse sentido foram tomadas várias medidas que visam reduzir os custos unitários da produção: o ritmo de desvalorização deslizante do escudo foi abrandando, situando-se no 2.º trimestre de 1986 em 0,9% ao mês, os impostos sobre o factor Trabalho e o Capital de Risco foram reduzidos, bem como as taxas de juro, por duas vezes, nos últimos seis meses.

A luta contra a inflação abrange também o sector público. Temos vindo a estabelecer um controlo mais apertado das despesas, promovendo uma mais correcta afectação dos recursos e iniciando uma tendência de redução gradual do défice orçamental.

Tem sido nossa preocupação conferir transparência às contas públicas, eliminando *deficits* ocultos, desperdícios e extinguindo fundos e serviços sem utilidade.

Privilegiamos as despesas em infra-estruturas, indispensáveis para o desenvolvimento, e procuramos disciplinar a actuação das empresas criando condições de viabilidade para as que são rentáveis.

Para 1986 prevemos um crescimento do produto não inferior a 4 por cento, uma expansão do investimento em cerca de 10 por cento e a subida de pelo menos 4 por cento nos salários reais.

Consideramos importante a modernização do sistema financeiro, para melhor satisfazer necessidades de investimento e fomentar a poupança, sendo de salientar as medidas tomadas com vista à criação de novas instituições e instrumentos e à redução das interferências administrativas.

O processo de flexibilização da legislação laboral está em curso e constitui também um elemento fundamental para o desenvolvimento, na medida em que permitirá uma maior mobilidade do factor trabalho e uma maior estabilidade de emprego, pelo menor recurso a contratos a prazo, eliminando-se por conseguinte um dos alibis para o adiamento das decisões de investimento.

Uma das prioridades do Governo tem sido a realização das adaptações legais exigidas pela nossa adesão às *Comunidades* e das tarefas secundárias inerentes à defesa dos interesses portugueses, nomeadamente o acesso aos Fundos Comunitários, a política agrícola e o sector dos têxteis.

Com o apoio dos Fundos Comunitários será possível concretizar um programa de modernização da agricultura e da indústria e realizar uma adequada política de desenvolvimento regional, com vista à redução de assimetrias ainda existentes.

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias constitui um desafio que teremos de ganhar. Para isso teremos de saber aproveitar eficazmente os fluxos financeiros comunitários postos à nossa disposição e gerir com rigor os períodos de transição negociados. A adesão tem de potenciar as nossas possibilidades e não aumentar as nossas dificuldades. Dispomos de

7 anos para realizar as reformas necessárias e afirmar as nossas vantagens comparativas.

Neste contexto, o Governo atribui um papel decisivo à participação da iniciativa privada no esforço de desenvolvimento e de modernização. Desejamos um mercado livre, aberto e concorrencial. As empresas têm de ser lucrativas, único modo de expandir o investimento produtivo e de criar mais postos de trabalho. O País tem condições para atrair o investidor estrangeiro. O seu contributo é importante em face do muito que há a fazer, não tanto pela escassez dos recursos financeiros internos, mas sobretudo pela introdução de novas tecnologias e pelo acesso a novos mercados. Favorecemos uma classe empresarial dinâmica, disposta a arriscar e a inovar, que aceite a concorrência em termos agressivos, confiante em si própria. Esta uma das razões porque não se pode adiar por mais tempo o ataque aos males do sector empresarial do Estado.

A nossa integração na Europa Comunitária exige também acção de modernização no sector dos transportes e comunicações. A situação actual, nesta matéria, constitui um obstáculo ao estreitamento das nossas relações com os demais países membros. Estão em curso empreendimentos de vulto no domínio dos principais eixos rodoviários, em que a participação comunitária é relevante.

Neste contexto e para maior eficácia da nossa acção é fundamental a estabilidade política, factor determinante para assegurar a nossa capacidade de manobra no seio das Comunidades.

Embora integrados na Europa Comunitária não podemos, nem queremos, perder a nossa identidade como Nação.

A vitalidade das Comunidades Europeias assenta precisamente na harmonização de interesses nacionais diferentes. Assumimos a responsabilidade histórica de termos de recuperar o nosso atraso económico para nos colocarmos ao lado dos nossos parceiros até ao final do século.

Sem desenvolvimento económico não poderemos ser nós a conduzir a mudança que necessariamente terá de ocorrer na sociedade portuguesa nos próximos anos. A nossa geração tem de saber aproveitar esta oportunidade única para a modernização do País, porque só assim teremos força para salvaguardar a nossa cultura e a nossa História. Os progressos económico e social têm de caminhar em paralelo com a afirmação da nossa identidade e a preservação dos nossos valores culturais.

A adesão às Comunidades Europeias confere a Portugal a possibilidade de estar presente e influenciar as decisões tomadas nos domínios políticos, económicos, sociais. Ao sublinharmos no recém-aprovado Acto Único Europeu, que reformulou o Tratado de Roma, a necessidade de uma coesão económica e social das diversas regiões das Comunidades, estamos a valorizar conceitos essenciais para Portugal. Ao participarmos na formação tendencial de uma política externa comum, por exemplo em relação à África Austral, estamos a potenciar a nossa capacidade de afirmação. A nossa participação já se tem feito sentir na definição das políticas mais adequadas.

Ao alargarmos as nossas relações com Espanha do estreito canal bilateral para um quadro Europeu e Comunitário, garantimos o afastamento de eventuais tendências centralizadoras no âmbito Peninsular. Fica assim reforçada a identidade e a soberania Nacional.

ASPECTOS DE PREPARAÇÃO DE DEFESA MILITAR

No plano de preparação de defesa militar o Governo tem a consciência de que há carências e que é necessário aplicar recursos adicionais para modernização do equipamento e também para reconversão de estruturas. Considero que o risco calculado que a situação acarreta é de momento baixo. No entanto tem de ser deliberadamente ultrapassado à medida que forem criadas condições para uma aplicação mais alargada de recursos públicos na área militar.

É evidente que o incremento de despesas terá de ser planeado a prazo, utilizando-se de forma concertada os vários mecanismos previstos na Lei, nomeadamente os planos de forças e leis de programação militar. Este planeamento deve apoiar-se em objectivos concretos de forças, pré-estabelecidos, para que se possa obter o máximo rendimento naqueles investimentos.

Simultaneamente procura-se que a ajuda externa, que nos é devida pela concessão de facilidades, seja mantida e se possível acrescida, por forma a que desde já se possam atenuar as carências em equipamento militar moderno e criar melhores condições para o desenvolvimento de indústrias de defesa.

Justifica-se mantermos forças militares portuguesas afectas à organização militar da Aliança. Será, decerto, no conjunto da defesa ocidental, um elemento adicional com significado político específico. Mas é impor-

tante quanto ao sentido da nossa presença na Aliança e também porque permitirá acompanhar no campo militar as técnicas modernas, que facilitam o apetrechamento e preparação militar das nossas Forças Armadas.

Na área da defesa militar, para além dos aspectos materiais há também que considerar com atenção o factor humano, que será porventura o mais importante. O Governo apresentou uma proposta de lei sobre o Serviço Militar que será discutida na Assembleia da República. Este projecto contempla a simplificação dos mecanismos burocráticos e de controlo a que os cidadãos são sujeitos depois da prestação do serviço efectivo e abre via para uma ligeira redução do tempo de serviço. Estas são aspirações da população que avaliámos poderem ser satisfeitas sem prejuízo dos aspectos essenciais, do ponto de vista dos requisitos militares. É verdade que os equipamentos modernos requerem mais preparação, mas aí poderão ser encontradas outras soluções. A possibilidade de selecção das funções que exijam a aplicação de semiprofissionais, por um lado, e o grau mais elevado de habilitações com que os jovens se vão apresentando nas fileiras, tornam certamente exequível a redução de tempo de serviço.

Apresentei-vos traços essenciais de política que interessa à Defesa e da forma como se articulam as suas várias facetas, todas presentes e interligadas. Foi há muito ultrapassada a fase em que se tendia a identificar Defesa com a componente militar. Começa a enraizar-se uma visão muito mais alargada do conceito de Defesa, que interessa e empenha todos os sectores de actividade. Nesse alargamento e no aprofundamento das suas questões tem este Instituto desempenhado um papel de relevo, que me apraz destacar, com uma palavra de encorajamento.

Aníbal António Cavaco Silva
Primeiro-Ministro